



Discurso & Sociedad

Copyright © 2019
ISSN 1887-4606
Vol. 13(2) 325-343
www.dissoc.org

Artículo

A retórica da antirretórica na antiguidade, a política da antipolítica na atualidade

*The rhetoric of anti-rhetoric in antiquity,
the politics of anti-politics nowadays*

Rafael Guimarães Tavares da Silva

Pós-Graduação em Literatura: Estudos Literários da Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Resumo

Atentando para os aspectos contextuais de toda apresentação pública – seja ela uma exibição retórica, um discurso político e até um artigo acadêmico –, pretendemos problematizar o recurso discursivo que consiste em negar o recurso por meio do qual se dá a própria possibilidade de vir a negá-lo. Analisaremos alguns exemplos dessa estratégia, a partir dos discursos de certos oradores atenienses do séc. IV a.C., como Demóstenes e Ésquines, em seu recurso a uma retórica da antirretórica. Em seguida, pretendemos voltar nossas considerações para o emprego de uma estratégia análoga na política contemporânea, como se vê no discurso antipolítico de certos políticos, como João Dória Jr., Alexandre Kalil, entre outros. A descrença na esfera pública promove o sucesso daqueles que se manifestam abertamente contra ela, mesmo quando também são diretamente sustentados por ela. Nosso interesse é compreender a eficiência retórica e política de tais expedientes e problematizar algumas de suas consequências.

Palavras-chave: Retórica; antirretórica; política; antipolítica.

Abstract

By focusing on the contextual aspects of any public presentation – be it a rhetorical display, a political discourse or even an academic article – we intend to problematize the discursive resource that consists in denying the resource through which the denial itself is made possible. We will analyze some examples of this strategy, from the speeches of some Athenian orators of the fourth century B.C., like Demosthenes and Aeschines, in their recourse to a rhetoric of anti-rhetoric. Next, we want to turn our considerations to the use of a similar strategy in contemporary politics, as seen in the anti-political discourse of certain politicians, such as João Dória Jr., Alexandre Kalil and others. Disbelief in the public sphere promotes the success of those who openly manifest themselves against it, even when they are also directly supported by it. Our interest is to understand the rhetorical and political efficiency of such expedients and to problematize some of its consequences.

Keywords: Rhetoric; anti-rhetoric; policy; anti-politics

Críticas acadêmicas à academia (ou ao academicismo?)

A academia aparece cada vez mais como transtorno nos discursos de certos setores da sociedade, inclusive de certos acadêmicos. Uma percepção afirma a essa não vem de agora e, embora acontecimentos recentes tenham multiplicado e potencializado vários dos discursos antiacadêmicos dentro e fora das universidades, certo mal-estar já vem de longe. Aqui, contudo, é preciso distinguir pelo menos duas grandes tendências nesse tipo de discurso: por um lado, aquela que tem apoiado os cortes de gastos públicos com a área de educação, enquanto defende projetos de cerceamento da liberdade de pesquisa e ensino, sob a acusação de que certos estudiosos seriam doutrinadores de teorias corruptoras da juventude (Cleto, 2016:46; Semer, 2016:112); por outro lado, aquela que aponta e critica os limites da ação social da universidade, seu distanciamento da realidade experimentada pelo país, bem como sua linguagem rebuscada e incompreensível para muitos, ou seja, seu academicismo (Sampaio, 2016:148). Se, por um lado, é preciso resistir ativamente à onda neoliberal na economia e à maré conservadora em questões de moral e costumes – defendendo a liberdade de pesquisa e ensino com autonomia e qualidade –, por outro, é preciso levar em conta as críticas que podem indicar algumas das razões para que a academia se encontre em situação tão temerária atualmente.

O mal-estar subjacente a muitas dessas críticas é o mesmo que já fundamentava posicionamentos como os de Walter Benjamin (2016), em *História da literatura e ciência da literatura [Literaturgeschichte und Literaturwissenschaft]*, de 1931,¹ ou ainda os de Friedrich Nietzsche (1872), em *Sobre o futuro de nossas instituições de educação [Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten]*.² Esses e outros pensadores, profundamente preocupados com os rumos da instituição acadêmica de sua época, comungam de certa desconfiança contra a pretensão de neutralidade e universalidade de seus valores científicos e estéticos, sua aparente indiferença a alguns dos objetos pesquisados e o emprego de certas práticas comunicativas responsáveis por apenas dificultar a compreensão de seus interlocutores – ponto que seria possível exemplificar ainda hoje com o hábito relativamente comum de se apresentarem palestras lidas em voz alta diretamente de um texto escrito, do início ao fim, numa precisão terminológica perfeitamente monótona.³

Esses são alguns dos aspectos do ensino acadêmico que podem e devem ser questionados por quem deseja melhorar sua qualidade e expandir seus horizontes. Tal questionamento pode e deve vir inclusive do interior da própria universidade. Contudo, é preciso cuidado para evitar que esse tipo de

crítica se volte contra aquilo mesmo que a motiva – isto é, o interesse em aperfeiçoar o ensino superior – ao oferecer argumentos distorcidos para aqueles que querem ver o fim dessa instituição. Tal como sugerido num estudo recente sobre as razões para a literatura em tempos de crise democrática, é preciso cuidado na forma como esse tipo de crítica a direitos fundamentais vem a ser elaborada, afinal,

[a] posição delicada de quem quer que critique certos aspectos de um determinado direito – apontando seus pontos cegos ou sua ineficácia na realidade, por exemplo – é ver sua crítica sendo interpretada como se fosse simplesmente um ataque à existência daquele direito. (Clark e Silva, 2017:82).

Obviamente não me alinho com quem planeja o fim do ensino superior de qualidade gratuito no Brasil. Por isso gostaria de chamar a atenção para o risco que certas formas de crítica à academia podem vir a assumir em determinados contextos. Há, sem dúvida, muito para ser aperfeiçoado, modificado e mesmo abolido no ensino acadêmico, mas – para me valer aqui de um pertinente adágio popular – é preciso cuidado para não se jogar o bebê fora junto com a água suja. O academicismo revela-se frequentemente problemático, mas se as condições para compreender essa crítica e demonstrá-la são os debates propiciados pelo próprio espaço acadêmico e as reflexões fomentadas pelas leituras aí desenvolvidas, evidentemente será necessário modular os termos em que tal crítica pode ser colocada para se evitar confundir o que é a academia com o que é o academicismo. Afinal, críticas acadêmicas de acadêmicos à instituição da academia devem ser vistas com alguma desconfiança, na medida em que uma inegável dose de contradição subjaz aos próprios termos em que as mesmas vêm a ser delineadas.

A retórica da antirretórica e a política da antipolítica

Munido dessas considerações iniciais – sobre diferentes formas de crítica à academia –, gostaria de entrar no assunto principal do presente texto. Buscando sugerir uma série de considerações sobre o interesse dos Estudos Clássicos para uma compreensão de muitos fenômenos da contemporaneidade (como tenho feito em outros estudos), gostaria de propor um tratamento paralelo de dois fenômenos sociais análogos, ainda que muito afastados espaço-temporalmente: a retórica da antirretórica, na antiguidade, e a política da antipolítica, na atualidade.

Como se vê, abordo aqui o mesmo tipo de estratégia argumentativa que sugeri existir em certos discursos acadêmicos contrários à academia – ou de intelectuais de postura anti-intelectualista –, mas me concentro num fenômeno sociopolítico mais amplo e evidente. Antes de entrar nos detalhes

dessa comparação, contudo, gostaria de fazer uma ressalva com relação ao tipo de tratamento aqui proposto. Poderia parecer estranha uma comparação entre realidades sociais tão diferentes quanto a do discurso público na antiguidade e o mesmo na contemporaneidade. É inegável que existem inúmeras diferenças entre uma democracia antiga e uma democracia contemporânea, sendo imprescindível que se atente a certas especificidades contextuais de cada um desses momentos para evitar disparates.⁴ Ainda assim, tal como sugerido por Jon Hesk (1999:206) – um importante estudioso do discurso político na Atenas clássica –, existem certas similaridades discursivas e comportamentais para as quais vale a pena chamar a atenção a fim de que se explicitem algumas permanências bastante sintomáticas.

Dentre tais permanências, gostaria de destacar aqui a retórica da antirretórica, na antiguidade, e sua contraparte mais recente, a política da antipolítica, na atualidade. Os dois fenômenos compartilham o fato de negarem em discurso os próprios meios que lhes propiciam um lugar para discursar. Além disso, comungam também de um sentimento profundo de desconfiança com relação àquilo que – quando se analisa o que está por trás dessa negação aparente – é o mais próprio deles mesmos. Não é preciso apelar aos argumentos freudianos sobre o papel da negação no trabalho psicanalítico, pois o mais ligeiro exame dos discursos antigos que se negam enquanto retóricos revela seu caráter profundamente retórico, assim como a mais superficial escuta dos discursos atuais que se negam enquanto políticos revela seu caráter radicalmente político.⁵

A retórica da antirretórica na antiguidade

Vários estudos sobre o desenvolvimento da esfera política na *pólis* grega apontam para a importância que o discurso como meio de ação ganhou paulatinamente nesse ambiente.

Na experiência da *pólis*, que tem sido considerada, não sem razão, o mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda na filosofia política que dela surgiu, a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão e não como a forma especificamente humana de responder, replicar e estar à altura do que aconteceu ou do que foi feito. Ser político, viver em uma *pólis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. (Arendt, 2014:32, trad. Roberto Raposo).

Quando se leva em conta o espaço de debate político em outras civilizações antigas, como os egípcios, os sumérios, os babilônicos, os persas e até mesmo os romanos, a admiração de Hannah Arendt parece ainda mais compreensível. O experimento social inaugurado pelos gregos com o desenvolvimento da

pólis e o surgimento de uma palavra pública entre iguais – com todas as exclusões que o conceito limitado de cidadão certamente impunha, ao descartar mulheres, escravos e estrangeiros⁶ – marca o advento de uma mudança com profundo impacto sobre a história do pensamento grego e, por consequência, também sobre a história do pensamento político em geral (Vernant, 2011:53).

Como era de se esperar, essa gradual separação entre o que Arendt entende como esfera da ação [*práxis*] e esfera do discurso [*lógos*] gerou uma série de reações nas mais diversas camadas sociais. Sem querer entrar nas crises e conflitos provocados pela reação conservadora apresentada pela aristocracia latifundiária (Vernant, 2011:74), gostaria de chamar atenção para um curioso efeito colateral que se testemunhou a partir do surgimento e difusão da ideia de uma palavra pública como instrumento de deliberação para as ações coletivas da *pólis*.

Segundo um importante estudioso dos discursos sociais na Atenas clássica,

[a] ênfase ateniense sobre as decisões coletivas é o contexto em que se deve enxergar a estratégia do orador forense de tentar persuadir os jurados de que a sabedoria coletiva deles, bem como seu conhecimento e experiência, seriam desafiados pelos argumentos enganosos de seu oponente. O júri era lançado no papel de um corpo unificado de cidadãos confrontados por um indivíduo (o oponente) que estaria perversamente tentando se opor à vontade do grupo. O orador que tivesse sucesso em gerar em sua audiência o estado de espírito do grupo-contra-o-indivíduo vencia o dia, já que – por definição – o grupo deve prevalecer sobre o indivíduo numa democracia direta como no caso do modelo ateniense. (Ober, 1989:165-166, trad. minha).

Em outras palavras, o poder do discurso pouco a pouco começou a se fazer notar em sua capacidade de levar a massa de cidadãos a se posicionar a favor de certas decisões, em detrimento de outras. Disso para a percepção de que um discurso bem construído poderia articular manipulações até mesmo contrárias aos interesses populares foi algo que aconteceu ainda em meados do séc. V a.C., como atestam várias fontes do período.⁷

Há pouco espaço para se duvidar de que, embora os atenienses se regozijassem com exibições retóricas, eles permaneciam desconfiados de oradores profissionais e suas habilidades verbais. O orador envolvido numa disputa política poderia explorar contra um oponente a desconfiança pública com relação a *rhētōres*, apesar do óbvio perigo de provar do próprio veneno. (Ober, 1989:267-268, trad. minha).

Muitas são as razões históricas responsáveis por aprofundar ainda mais a desconfiança dos cidadãos atenienses com a retórica ao longo dos anos. Isso inevitavelmente deve ser entendido a partir dos percalços experimentados pela democracia ateniense no fim do séc. V a.C., sendo também necessário

que se levem em conta a introdução do discurso composto por escrito e o desenvolvimento de uma educação retórica especializada, cara e elitista (Schloemann, 2002:142). Todos esses pontos aparecem na retórica da antirretórica que se pode encontrar em muitos dos discursos pronunciados na Atenas do período clássico.

Dessa perspectiva, uma acusação que parece ter sido quase tão grave quanto a de atuar como sicofanta ou de receber suborno é a de empregar a sofística para encantar e enganar o povo. O caloroso embate entre Ésquines e Demóstenes, em meados do séc. IV a.C., oferece uma série de passagens onde isso fica muito claro. No famoso discurso *Contra Timarco*, Ésquines afirma o seguinte acerca de seu oponente:

(1) O primeiro argumento é um adiantamento contra a defesa que ouvi dizer que ele fará. Se eu ignorá-la, o homem que professa ensinar as técnicas do discurso para os jovens pode enganar vocês com algum artifício e pode eliminar o que é útil à cidade. (Aesch. 1.117, trad. Luiz Guilherme Couto Pereira).

(2) De forma geral, homens de Atenas, vocês não devem admitir as defesas estranhas ao feito, primeiro por causa dos juramentos que fizeram, depois para não serem iludidos por um homem que é artífice de discursos. (Aesch. 1.170, trad. Luiz Guilherme Couto Pereira).

Acusações como essas não poderiam passar sob silêncio e, mesmo que alguns anos tenham transcorrido desde o momento em que foram originalmente proferidas, Demóstenes parece tê-las em mente quando afirma, em seu discurso *Sobre a falsa embaixada*, o seguinte acerca de seu oponente: “Embora ele chame outros de logógrafos e sofistas, tentando difamá-los, eu demonstrarei que esses nomes se aplicam a ele próprio.” (Dem. 19.246, trad. minha). E depois de uma longa exposição em que sugere que Ésquines compunha discursos por meio de uma sofisticada “pesquisa bibliográfica” (na medida em que cita muitos versos de Eurípides ausentes de seu próprio repertório básico), além de aceitar subornos no exercício de cargos públicos, Demóstenes conclui:

(3) E você não é então um sofista? É sim e bastante desgraçado! Você não é um logógrafo? É sim e bastante detestável aos deuses. Você ignorou os versos que executou muitas vezes e já soube de cor, mas encontrou versos que jamais executou em sua vida e os trouxe a público com o intuito de difamar um cidadão. (Dem. 19.250, trad. minha).

As correspondências entre esses trechos são por demais evidentes para que se ignore aquilo que elas revelam: a acusação de prática sofística tinha que ser negada pelo acusado e, de preferência, rebatida contra quem a tivesse inicialmente lançado.⁸ Ésquines e Demóstenes acusam-se mutuamente de

serem sofistas, retomando esse *tópos* retórico nos cinco discursos relacionados com o julgamento de Timarco, a embaixada enviada até Filipe II da Macedônia e o coroamento do próprio Demóstenes. Devido às conotações negativas e fantásticas relacionadas à sofística no imaginário ateniense do período,⁹ nenhum dos oradores poderia simplesmente admitir-se em público como sofista, pois tal reivindicação teria efeitos excessivamente danosos sobre sua imagem, sendo, portanto, absolutamente inegociáveis (Hesk, 1999:213).

Outro exemplo disso, extraído agora de um discurso pronunciado por um cliente dos serviços logográficos de Demóstenes, encontra-se na seguinte passagem de *Contra Lácrito* (35.40):

(4) No que me diz respeito, por Zeus soberano e todos os deuses!, jamais fiz objeção ou crítica, ó homens do júri, no caso de alguém querer ser sofista e oferecer pagamento a Isócrates, pois eu enlouqueceria se tivesse esse tipo de preocupação. Mas, por Zeus, não acho que pessoas sensatas e que se consideram espertas deveriam cobiçar as coisas dos outros ou tomá-las, valendo-se do discurso, pois isso é coisa de um sofista desgraçado e lamurioso. (Dem. 35.40, trad. minha).

É de se notar que a presença de um argumento *ad hominem* assim no discurso de um cidadão pouco ou nada habituado à retórica é ainda mais efetiva do que quando pronunciado por um orador experiente e célebre por sua prática, na medida em que dificilmente corre o risco de que tal acusação se volte contra si próprio.¹⁰ Ainda que estivesse aberto à acusação de ter encomendado o seu discurso, ou de tê-lo preparado por escrito previamente, e de vir a ser – por isso mesmo – relativamente desacreditado aos olhos do público, o orador que dava demonstração de certa inexperiência retórica buscava angariar com isso a simpatia de um público majoritariamente popular.¹¹ Vale lembrar que, segundo o relato de Platão na *Apologia*, o próprio Sócrates teria se valido muitas vezes desse *tópos* antirretórico – ao afirmar-se ignorante e mesmo avesso às práticas retóricas de seu tempo – desde o início de seu discurso de defesa, ainda que não tenha tido sucesso, como sua condenação ao final do processo bem o indica.¹²

Por outro lado, o orador ateniense podia vir a admitir – algumas vezes abertamente, outras de modo tácito – certas acusações de prática retórica, desde que mais moderadas, como a de “ser esperto na fala” [*deinótēs légein*] ou a de “ser um *rhētōr*”.

Em seu discurso *Sobre a coroa*, Demóstenes admite a acusação feita por Ésquines de que ele seria *deinótēs*, mas rejeita as outras acusações de engano [*apátē*], sofística e feitiçaria [*goēteia*], sugerindo que seriam antes aplicáveis a Ésquines do que a ele próprio (Dem. 18.276). Ele continua esclarecendo que – ao contrário de Ésquines –, ele sempre emprega sua habilidade no domínio público e para o bem do *dēmos* (Dem. 18.277-284). Em seu discurso *Contra Ctésifo*, Ésquines tacitamente admite ser um

habilidoso orador por natureza [*phýsis*], quando ele “antecipa” o argumento de Demóstenes segundo o qual sua *phýsis* seria como a das Sereias, cujas vozes encantadoras trazem destruição (Aesch. 3.228-229). Ésquines desvia-se dessa imagem argumentando que, além de ser estritamente infundada, tal acusação seria compreensível se viesse de um inarticulado general [*stratēgós*], que invejasse sua habilidade, mas que é intolerável ouvir esse ataque por parte de um homem “composto de palavras” [*ex onomátōn synkeímenos*] e que seria tão inútil quanto um instrumento de sopro sem sopro [*aulós*] se lhe extraíssem a língua. (Hesk, 1999:210, trad. minha).

Como se vê, a acusação de prática retórica – embora trabalhe com a desconfiança básica que o povo ateniense parece ter cultivado com relação às artes do discurso de modo geral ao longo do período clássico – era algo que poderia eventualmente ser admitido e mesmo reivindicado por certos oradores sem prejuízo aparente para sua imagem. Ober (1989:182-187) cita várias passagens em que Demóstenes e Ésquines chegam a demonstrar certo orgulho por sua formação cultural e capacidade intelectual. Além disso, num trecho da *Retórica* (1378b35-1379a4), Aristóteles defende que todos os homens se sentem no direito de serem estimados por seus inferiores no tocante àquilo em que são superiores e algo dessa ordem é perceptível em certas passagens de Isócrates (5.81-82), Demóstenes (18.256-267) e Ésquines (3.260). Nesse sentido, as acusações de prática retórica e de esperteza no discursar configuram-se como elementos relativamente negociáveis no que tange à desconfiança ateniense para com as diferentes formas de manipulação do discurso (Hesk, 1999:211).

Em todo caso, quer desconfiasse da retórica, quer manifestasse admiração por um discurso bem composto, todo cidadão ateniense tinha que se esforçar para compreender de que modo as propostas defendidas num determinado debate se posicionavam com relação a seus próprios interesses. A recusa da retórica pode ter sido uma estratégia eficaz no discurso de certos oradores determinados a jogar com a desconfiança popular perante certos aspectos antidemocráticos da educação retórica, mas a palavra final na tomada de decisões políticas sempre coube na Atenas democrática ao próprio povo, guiado pelo que acreditava serem seus interesses.

A política da antipolítica na atualidade

Tal como sugerido anteriormente, a democracia na modernidade apresenta inúmeras diferenças fundamentais com relação à democracia antiga. Abordando uma das transformações básicas mais características do advento da modernidade, segundo sua própria teoria, Hannah Arendt (2014:60) sugere que a ascensão do domínio social – em detrimento da esfera pública – foi responsável por banir a ação e o discurso para os limites da vida íntima e privada. Na compreensão da estudiosa, essa seria uma das principais razões

para aquilo que se sente como uma espécie de crise da esfera política na modernidade.

Ainda que retome alguns desses pontos, Jacques Rancière (2014) defende que essa pretensa “crise” – pelo menos nos estudos de certos cientistas políticos como a própria Arendt e Leo Strauss – seria antes o fruto de uma visão elitista, incapaz de aceitar que cada integrante das massas populares aspire à palavra pública e à individualização, posto que essas prerrogativas haviam se mantido historicamente restritas apenas aos “homens de bem” (i.e., aos homens de bens). Para o autor, a democracia moderna obviamente tem muitas limitações (sendo antes um Estado de direito oligárquico do que propriamente democrático), mas “o ódio à democracia” em muitos dos discursos atuais viria sobretudo do descontentamento sentido por quem é governado por pessoas sem título ou distinção para exercer tal função.¹³

No caso específico do Brasil, é certo que muitos outros fatores multiplicaram e potencializaram os discursos sobre a crise da política nos últimos anos, como a espetacularização midiática da política, a manipulação seletiva dos escândalos de corrupção e os desmandos de um poder Judiciário que se acredita acima de todos.¹⁴ Mas a verdade é que esses pontos são meros instrumentos para a manifestação do mal-estar que as classes dirigentes sentem perante os entraves eventualmente impostos por certas instituições democráticas a seus planos de hegemonia. Nesse sentido,

[o] que o caso brasileiro ilumina é o fato de que, mesmo limitada e indigna de seus ideais mais elevados, a democracia incomoda às classes dominantes. Afinal, se o consentimento da maioria se torna condição para o exercício do poder, pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também. (Miguel, 2016:32).

Esse ponto foi o principal motivador do golpe civil-militar de 1964 e também o é para o caso do golpe político-jurídico-midiático de 2016.¹⁵ O período em que o Partido dos Trabalhadores esteve na presidência do Brasil conheceu – apesar das inúmeras contradições apresentadas por esse projeto de governo¹⁶ – consideráveis avanços no questionamento a hierarquias seculares, com um aumento gradual de visibilidade e empoderamento de camadas marginalizadas da população. Com isso, “[o]s privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo inconteste, e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio” (Miguel, 2016:34). Justamente por isso, sua reação, com o golpe político, não tardou. Cabe notar ainda que o mesmo movimento reacionário tem se desenrolado também em todo o território latino-americano, como bem sugerido por Michael Löwy (2016).

Em termos de discurso, essa situação se manifesta com a ascensão de uma política da antipolítica. Operando frequentemente com uma equação simples

em que a política figura como mero sinônimo de corrupção, muitos dos candidatos bem-sucedidos nas eleições colocam-se como verdadeiros antipolíticos. Tal é o caso do atual governador do estado de São Paulo, João Dória Júnior, e do atual prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, bem como de alguns candidatos da Frente Nacional à presidência da França e do atual presidente dos E.U.A., Donald Trump.¹⁷ Todos eles vêm do “mundo dos negócios” e conclamam a necessidade de que a gestão pública seja feita por gestores – profissionais do ramo e CEOs que entendem do assunto –, não mais por homens dedicados à política. Contudo, suas próprias carreiras e atuações na esfera pública estão muito longe de ser tão apolíticas quanto eles pretendem, como o mais ligeiro exame de suas declarações, atitudes e posicionamentos é capaz de revelar.

Que se leve em conta, por exemplo, o que afirma João Dória Jr. em entrevista concedida ao programa Roda Viva, em 07/11/2016, quando uma das entrevistadoras sugere que – mesmo recusando a dimensão política de sua atuação com imensa veemência – o então candidato à prefeitura de São Paulo atuava inegavelmente como político. A tal insinuação, ele responde o seguinte:

(5) Eu sou um conciliador, Sônia. Quem me conhece sabe: eu gosto do diálogo, gosto do debate, sou conciliador, sou sereno. Tenho pulso, tenho firmeza – você me conhece há muitos anos –, mas sou um conciliador, eu gosto do diálogo. O diálogo é construtivo e na política isso é essencial, mas isso não quer dizer que eu seja político. Eu sempre fui uma pessoa de diálogo. (Roda Viva, 2016).

Em que pese a reiteração com que tais afirmações aparecem em muitos outros discursos de Dória Jr.,¹⁸ a incredulidade da apresentadora que lhe colocara tal questão já dá um bom indício do que persiste de político em tal recusa discursiva à prática da política. O sucesso do candidato nas eleições para o cargo de prefeito de São Paulo, em 2016, e para o de governador do estado, dois anos depois, atesta o descrédito público da esfera política e o interesse em se afirmar ser avesso a ela.

Algo análogo se dá a ver também em discursos do atual prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. Numa propaganda política veiculada na internet a partir de 12 de setembro de 2016, o então candidato à prefeitura afirmava o seguinte:

(6) Pessoal, eu virei alvo de todo mundo. O Kalil agora é o que mais apanha, só porque ele não mente, porque ele vai fazer funcionar o que tem. Então os mentirosos passaram a me agredir. Sinceramente, eu não estou entendendo nada dessa velha política. (Kalil, 2016).

E essa declaração era seguida pelo *slogan* de campanha: “Chega de político. É hora de Kalil.” Apesar da forma como essa ideia retorna volta e meia em

seus discursos,¹⁹ é evidente que suas atividades políticas – muitas delas elencadas por seus adversários de campanha (TV João Leite, 2016) – estão em clara contradição com um discurso que insiste em defender sua dimensão antipolítica. Em todo caso, o sucesso eleitoral desse tipo de argumento indica com clareza a desconfiança da sociedade brasileira perante candidatos que demonstrem abertamente ter vínculos políticos.

Uma mesma tendência subjaz aos discursos de muitos dos candidatos à Presidência do Brasil nas eleições de 2018, mesmo quando eles próprios têm uma longa – ainda que pouco atuante – carreira na política, como é o caso do ex-deputado Jair Bolsonaro. Ainda que a acusação de ser “político de carreira” seja relativamente negociável no cenário atual, a maioria dos candidatos certamente preferiria poder se furtar a ela. Esses políticos da antipolítica – valendo-se do descontentamento geral com a esfera pública no Brasil, comprometida em inúmeros escândalos de corrupção – aproveitam-se do momento para a defesa de posicionamentos reacionários e antidemocráticos.

Movimento análogo pode ser testemunhado em outras partes do mundo. Tal como já fora tão bem sugerido por Maingueneau:

Sabe-se, por exemplo, que o presidente da Frente Nacional, J. M. Le Pen, não apenas qualifica-se a si mesmo de “homem do povo”, porta-voz legítimo das camadas populares das quais teria saído, mas ainda inscreve essa origem em sua maneira de enunciar: exprime-se como homem simples, corajoso, sadio, que sabe ‘berrar’ de modo saudável com os “políticos”. [...] [O] ethos da Frente Nacional manifesta sua recusa frente à linguagem enganadora dos “políticos”, do “bando dos quatro” que sufoca a voz do povo... (Maingueneau, 1997:47).

E seria possível afirmar que o discurso do partido tem variado pouco – ainda que transmitido de pai para filha –, em clara indicação de que essa crise de descrédito na política é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras do Brasil, chegando até o cargo de presidente dos Estados Unidos da América, com a eleição recente de alguém como Donald Trump (Brooks, 2016).

Tratando justamente disso, um historiador contemporâneo afirma o seguinte:

É no interior desse vácuo que surgem os salvadores da pátria, impostores moralistas e exterminadores de rostos, multiplicidades, diferenças e intervalos de uma democracia ainda em formação e mais uma vez atacada em nome de um projeto oligárca de poder. (Cleto, 2016:48).

Levando em conta tudo isso, o momento exige muita atenção com a política da antipolítica. Tal como no caso dos cidadãos atenienses – expostos à retórica da antirretórica –, ainda que mantidos como detentores da palavra final no que dizia respeito às decisões políticas tomadas pela Atenas

democrática, é preciso que os discursos antipolíticos sejam interpretados em suas implicações mais profundas. Afinal, quais são os verdadeiros projetos políticos de um candidato que afirma “não ser político”? Ou ainda: podem os eleitores de um candidato avesso à ordem democrática esperar que o povo seja efetivamente representado em seus planos de governo?

Conclusões

O modo e o contexto no qual uma determinada ideia vem a ser colocada em prática muitas vezes é mais determinante de seu impacto social do que a própria ideia. Essa constatação ajuda a revelar os limites e as contradições dos discursos antiacadêmicos de certos acadêmicos, bem como os enganos de certa retórica da antirretórica e de certa política da antipolítica.

A presente análise sugere a existência de contextos históricos efervescentes em que uma dimensão inerente à prática do discurso público – a retórica na antiguidade, a política na atualidade – seria responsável por comprometer a própria possibilidade de se debater algum assunto de maneira efetiva em público. Contudo, para além daquilo que esses discursos antirretóricos e antipolíticos parecem negar e combater, emerge paradoxalmente a vontade de uma autoafirmação subreptícia naquilo mesmo que eles negam e combatem. Aqueles que se deixam convencer por essas estratégias argumentativas parecem não se dar conta de que apoiam o combate daquilo que, ao fim e ao cabo, será afirmado por meio de seu apoio, mas que se dará à revelia deles próprios, posto que terão abdicado de reconhecer a existência de tal dimensão e de *se* reconhecer como agentes envolvidos por ela.

Aqui a comparação com o contexto histórico da Atenas clássica, onde a retórica da antirretórica foi relativamente comum, pode se revelar especialmente sugestivo:

Ao considerar o modo pelo qual a oratória ateniense, o drama, a historiografia e a filosofia discutem o engano, uma coisa é surpreendente. Apesar da observação de Górgias, segundo a qual os mortais habitam um domínio de opinião incerta [*dóxa*], e apesar da preocupação dos dramaturgos atenienses de articularem as dificuldades de se detectar o engano, não há qualquer sugestão mais insistente de que verdade e mentiras não existam. Há uma aceitação de que mentiras podem às vezes ser úteis ou ser tomadas como verdade. Há também a observação sofisticada de que certas “verdades” morais ou sociais são convencionais e contingentes. Mas não há nenhuma sugestão séria de que seja uma perda de tempo tentar contrapor o enganador àquele que diz a verdade ou compreender a diferença entre uma verdade e uma falsidade. Como diz o próprio Demóstenes, um sistema baseado em discursos [*lógoi*] não pode funcionar sem manter uma distinção real entre engano e verdade. (Hesk, 2000:297-298, trad. minha).

É certo que o mundo atual se revela bastante diferente da realidade ateniense antiga, mas essa perseverança nos discursos pronunciados e deliberados democraticamente constitui um exemplo histórico de que – para além de todo ódio e desconfiança – é preciso lutar pela denúncia de estratégias discursivas que se contraponham ao debate de ideias consideradas segundo o interesse público. Em tempos de intolerância política e religiosa – catalisada por uma enxurrada constante de *fake news* –, o exemplo ateniense precisa ser constantemente conservado, pelo menos em nosso horizonte utópico.

Notas

¹ Para a participação de Benjamin no debate sobre a educação em seu tempo, cf. Steiner, 2004:91-92; Witte, 2017:81-90.

² Para uma interpretação das críticas de Nietzsche às instituições de ensino na Alemanha do final do séc. XIX, cf. Derrida, 1984:73-114.

³ Acredito que ainda se esteja por fazer um estudo das razões pelas quais a academia (ou parte dela) adotou essa prática de exposição, tão avessa ao prestígio desfrutado pela retórica ao longo de inúmeros séculos no próprio seio da instituição acadêmica. Com a leitura em voz alta de um texto previamente escrito, o contato visual entre o emissor e o público diminui, comprometendo consideravelmente a interação e, por conseguinte, tanto a capacidade de persuasão do emissor do discurso quanto a de compreensão do receptor (Schloemann, 2002:134).

⁴ A confusão mera e simples das instituições sócio-políticas da antiguidade com aquelas que emergem na modernidade – ainda que reivindicando uma origem naquelas – tem sido criticada pelo menos desde a célebre conferência pronunciada por Benjamin Constant em Paris, em 1819, “De la liberté des anciens comparée à celle des modernes” [“Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”]. Tal como demonstrado por François Hartog (2003:145), desde essa época, vários pensadores políticos têm atentado para o erro de se confundirem noções antigas e suas correlatas modernas, como no caso de “liberdade” e “democracia”, por exemplo. Para referências sobre diferenças e similaridades entre democracias antigas e modernas, cf. Ober, 1989:3-10; Arendt, 2014:27-96; Rancière, 2014:67-90; Dabdab Trabulsi, 2016.

⁵ Ainda assim, não deixa de ser interessante evocar aquilo que Freud afirma em seu texto sobre a negação: “O modo como os nossos pacientes apresentam as ideias que lhes ocorrem durante o trabalho analítico nos dá a oportunidade de fazer algumas observações interessantes. ‘Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo ofensivo, mas realmente não tenho essa intenção.’ Entendemos que isso é uma rejeição, por projeção, de uma ideia emergente naquele momento. Ou então: ‘O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Minha mãe não é.’ E nós retificamos: logo, é a mãe. Na interpretação tomamos a liberdade de desconsiderar a negação, extraíndo o puro conteúdo da ideia. É como se o paciente tivesse dito: ‘Na verdade foi minha mãe que me ocorreu com relação a essa pessoa, mas não tenho a menor vontade de admitir essa ideia.’” (Freud, 2014:19, trad. Marilene Carone).

⁶ Ainda que se considerem essas limitações do conceito grego antigo de cidadão [*politês*], homens de estratos sociais muito mais diversos eram considerados cidadãos na democracia ateniense do que na maior parte da história moderna da democracia, por exemplo.

⁷ Para um tratamento interessante de autores atenienses da segunda metade do séc. V a.C. – como Tucídides, Aristófanes e Eurípides – que lidam com a desconfiança perante o poder enganoso do discurso retórico, cf. Hesk, 2000:242-291.

⁸ Para mais detalhes, cf. Hesk, 1999:211. Outros exemplos dessa estratégia seriam ainda: Aesch. 3.16; 3.202; Dem. 18.276.

⁹ Os termos associados à dimensão mágica e malfazeja da sofística são, por exemplo, *góēs* [feiticeiro], *báskanos* [maligno] e *pharmakeús* [bruxo]. Tal como sugerido por Hesk (1999:212, n. 34), Demóstenes é descrito como *góēs* em Aesch. 2.124, 2.153, 3.137 e 3.207; enquanto isso, Demóstenes chama Ésquines de *báskanos* em Dem. 18.119, 18.132, 18.139, 18.242 e 18.317.

¹⁰ Ober (1989:190) sugeriu que a existência desse tipo de argumento em discursos de oradores experientes e célebres, como Demóstenes e Ésquines, encontraria justificativa na existência de uma espécie de “ficção dramática” nas cortes e assembleias atenienses. Segundo o estudioso, o público estaria consciente do caráter “ficcional” desses pronunciamentos, não sendo necessário acreditar que seria enganado por eles. Com relação à ideia de que o público estivesse *o tempo todo consciente* de um jogo retórico – no qual as afirmações sobre certa inexperiência retórica seriam interpretadas como “ficção dramática” –, prefiro alinhar-me ao posicionamento de um autor como Schloemann (2002:143-144), segundo o qual: “I might remark in passing that I am not so sure whether one can really speak of a permanently *conscious* fiction that the audience accepted. Rather, I would say that the public was sceptical about elite experts in general, but as in politics, especially election campaigns, of our time, they are always prepared to let themselves be persuaded by somebody – because they have no choice but to trust somebody. Thus, I do not believe that the Athenians were *aware* that they were playing a game and wearing social masks all the time.”

¹¹ Outros exemplos poderiam vir de mais clientes de Demóstenes (55.2; 58.41; 58.61), Lísias (19.2; 17.1) e Iseu (10.1).

¹² Não deixa de ser curioso que Sócrates permaneça uma figura prioritariamente negativa na memória coletiva da democracia ateniense do séc. IV a.C., como indica a menção a seu exemplo numa das acusações de sofística que Ésquines lança contra Demóstenes, em seu discurso *Contra Timarco* (Aesch. 1.173-6).

¹³ Sobre esse problema da legitimidade no discurso político, cf. Emediato, 2016:36-39.

¹⁴ Para mais detalhes desses pontos, cf. Lopes, 2016; Semer, 2016.

¹⁵ Segundo Michael Löwy (2016:66): “O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular.”

¹⁶ Para detalhes dessa crítica, cf. Braga, 2016:58-59; Lopes, 2016:124.

¹⁷ Para considerações sobre esses arautos da antipolítica, cf. Maingueneau, 1997:47; Brooks, 2016; Equipe Lupa, 2016; Spagnol, 2017.

¹⁸ A título de exemplo, que se leve em conta ainda: Jovem Pan News, 2016.

¹⁹ É o que fica claro na recusa de Kalil à importância do partidarismo na política brasileira, em entrevista concedida à BHNews TV (2018), por volta dos 21 min. de emissão.

Referências

- Aeschines. (1919)** Aeschines. With an English translation by Charles Darwin Adams. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd.
- Arendt, H. (2014)** A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 12.ed.rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Benjamin, W. (2016)** História da literatura & ciência da literatura. Trad. Helano Ribeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- BHNews Tv. (2018)** Polêmico e verdadeiro! Alexandre Kalil dá entrevista para Rosália Dayrell. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBK1Gie6ouc>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- Brooks, D. (2016)** The Governing Cancer of Our Time. New York Times, 26 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/02/26/opinion/the-governing-cancer-of-our-time.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- Clark, T.; Silva, R. (2017)** Entre literatura e democracia, uma demanda: por uma literatura democrática. Em Tese, v. 23, n. 1, pp. 67-84.
- Cleto, M. (2016)** O triunfo da antipolítica. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 43-54.
- Constant, B. (1874)** Œuvres politiques. Paris: Charles Louandre.
- Dabdab Trabulsi, J. A. (2016)** A democracia ateniense e nós. e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 9, n. 2, pp. 8-31.
- Demosthenes. (1903)** Orationes. Ed. S. H. Butcher. Oxonii: e Typographeo Clarendoniano.
- Emediato, W. (2016)** Dimensões e faces da mentira no discurso político. In: Emediato, W. (Org.). Análises do discurso político. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, pp. 14-49.
- Equipe Lupa. (2016)** Ex-cartola e empresário, Kalil tenta surfar na onda antipolítica. Lupa, 14 out. 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/10/14/candidatos-de-mg-kalil/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- Freud, S. (2014)** A negação. Trad. Marilene Carone. 1.ed. São Paulo: Cosac Naify.
- Hartog, F. (2003)** O confronto com os antigos. In: _____. Os antigos, o passado e o presente. Org. José Otávio Guimarães; trad. Sonia Lacerda,

- Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 113-154.
- Hesk, J. (1999)** The rhetoric of anti-rhetoric in oratory. In: Goldhill, S.; Osborne, S. (Ed.). *Performance culture and Athenian democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 201-230.
- Hesk, J. (2000)** *Deception and Democracy in Classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Jovem Pan News. (2016)** João Doria Jr. diz que é empresário, não político. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8ofYTChiBOK>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- Kalil, A. K. (2016)** Velha Política. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YOqWSMG4eQ8>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- Lopes, M. (2016)** As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 119-126.
- Löwy, M. (2016)** Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 61-68.
- Maingueneau, D. (1997)** *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Miguel, L. F. (2016)** A democracia na encruzilhada. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 31-38.
- Nietzsche, F. (1954)** Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten. In: *Werke in drei Bänden*. Band 3. München, pp. 196-214.
- Ober, J. (1989)** *Mass and elite in democratic Athens: rhetoric, ideology, and the power of the people*. Chichester: Princeton University Press.
- Pereira, L. G. C. (2016)** *Contra Timarco, de Ésquines: tradução e estudo introdutório*. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Rancière, J. (2014)** *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo.

- Roda Viva. (2016)** João Dória não se considera um político. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hL51hvAGpyU>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- Sampaio, T. G. (2016)** A luta por uma educação emancipada e de qualidade. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 145-150.
- Schloemann, J. (2002)** Entertainment and Democratic Distrust: The Audience's Attitude towards Oral and Written Oratory in Classical Athens. In: Worthington, I.; Foley, J. M. Epea and grammata: oral and written communication in ancient Greece. Leiden; Boston; Köln: Brill, pp. 133-146.
- Semer, M. (2016)** Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: Jinkings, I.; Doria, K.; Cleto, M. (Org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, pp. 107-114.
- Spagnol, N. (2017)** Dória, o Antipolítico. Maquiavel, 22 jun. 2017. Disponível em: < <https://revistamaquiavel.com.br/d%C3%B3ria-o-antipol%C3%ADtico-19a155c4d92e>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- Steiner, U. (2004)** Walter Benjamin. Stuttgart; Weimar: Verlag J. B. Metzler.
- TV João Leite. (2016)** Kalil não é político? Será verdade? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CznDzI7aX1c>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- Vernant, J.-P. (2011)** As origens do pensamento grego. 20.ed. Rio de Janeiro: Difel.
- Witte, B. (2017)** Walter Benjamin: uma biografia. Trad. de Romero Freitas. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Nota biográfica



Rafael Guimarães Tavares da Silva é estudante de língua e literatura clássicas, com interesses que vão da Filosofia e da História (Antigas e Contemporâneas) à Teoria da Literatura e à Análise do Discurso, além de teorias e práticas da Tradução e da Educação. Elaborou uma monografia sobre *Uma Poética de Platão*, uma dissertação chamada *Arqueologias do drama: uma arqueologia dramática*, e atualmente desenvolve sua tese sobre *Os Estudos Clássicos na Universidade Contemporânea*. Atua como tutor no Apoio Pedagógico da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: gts.rafa@hotmail.com